

Áfricas: desestabilizando as geografias de um continente

João Sarmento

Docente no Departamento de Geografia
Investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
j.sarmento@geografia.uminho.pt

“A África era a minha terra, fora a terra da minha família durante séculos. Mas nós éramos da costa leste, e isso fazia a diferença. A costa não era verdadeiramente africana, ela era simultaneamente árabe, indiana, persa e portuguesa, e nós, que vivíamos na costa, éramos na realidade gente do oceano Índico. Atrás de nós ficava a verdadeira África. Muitos quilómetros de savana ou deserto separavam-nos da gente do interior; estávamos virados para o leste, para as terras com que negociávamos – Arábia, Índia, Pérsia. Essas eram também as terras dos nossos antepassados. Mas já não podíamos dizer que éramos árabes, indianos ou persas; quando nos comparávamos com esses povos, sentíamos que éramos gente de África.”

(NAIPAUL, 2017, p. 21)

Limitada a norte pelo Mediterrâneo, a este pelo Mar vermelho (o canal do Suez separou-a da Ásia) e oceano Índico, e a oeste pelo oceano Atlântico, África é um continente de proporções gigantescas. Fazer um voo da Cidade do Cabo até Casablanca ou de Dakar para Nairobi, não chega para captar esta extensão. O continente ultrapassa os 30 milhões de quilómetros quadrados, ou seja, cerca de 20% do total da superfície emersa da terra, e quase sete vezes a área da União Europeia a 27. Na verdade, é maior do que a Índia, a China, os Estados Unidos e a União Europeia combinados. O seu ponto mais a norte, na Tunísia, está a cerca de 8000 km do seu ponto mais a sul, na África do Sul. Mas o seu ponto mais a este, na Somália, está a cerca de 7400 km do seu ponto mais a ocidente, o Cabo Verde, no Senegal. Esta dimensão avassaladora é marcadamente dissimulada pelo uso generalizado da projeção de Mercator nos mapas

do mundo, que a representam como sendo mais pequena em relação a outros territórios de latitudes mais elevadas. Ainda que o equador divida o continente em duas metades, a parte do continente no hemisfério norte é bem superior em área, devido ao formato do continente, resultado da separação de parte da Gondwana em continente africano e em América do Sul, há cerca de 200 milhões de anos. Não deixa de ser interessante verificar que a maior parte de África pertence ao hemisfério norte, ao mesmo tempo que poucos são os países que não têm parte do seu território dentro da região tropical.

Com uma costa sobretudo retilínea e pouco recortada, com poucas ilhas e poucos países insulares, é um continente de fácil identificação, recorte e delimitação num mapa. Mas passar deste conceito geográfico de continente, desta construção simplista, abstrata e redutora de uma massa contínua de terra bem definida numa folha de papel, para algo palpável num território de gentes, culturas, movimento e paisagens, torna-se irrealizável. Este conceito de África só existe enquanto abstração, representação e imaginação. Aliás, a epígrafe com que inicio este texto, de V. S. Naipaul, remete para o modo como Salim, o narrador de *A Curva no Rio* entende África, e toca na ideia de uma verdadeira e não tão verdadeira África, e que serve tão só para desestabilizar noções fantasiosas que foram sendo construídas ao longo do tempo. A pluralidade em África, seja de climas, de solos, de povos e etnias, de visões do mundo, de percursos históricos, pensamentos, etc., é tão avassaladora que tendemos a simplificá-la. Resultado da geografia com que fabricamos África como um só continente; resultado da cultura ocidental que foi construindo este continente como um espaço tórrido, exótico, primitivo e falhado, por forma a definir-se a si própria; consequência de elites (e não só) africanas que se apropriaram desta África construída pelos europeus e recalçaram estas representações. Se em certos momentos esta ideia singular de África foi vantajosa e emancipadora, como no pan-africanismo de Kwame Nkrumah com a sua partilha de poder no quadro de uma federação territorial, hoje é mais questionável que assim o seja. Grandiosos e redondos planos e ideias para África – veja-se uma política para África, Africa Renaissance, um plano Marshall para África – são frequentemente lançados, repetidamente adiados, caindo sucessivamente no esquecimento. As parcerias para África, como defendem Mercer, Mohan e Power (2003), incorporam grandes desigualdades de riqueza e poder, que, por sua vez, servem para

legitimar programas neoliberais. A este respeito vale a pena referir a forma como quase unanimemente se apontou o falhanço de África, e da África subsaariana em particular, em cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). A ideia de “continente falhado” desmorona quando analisamos detalhadamente a forma como os ODM foram desenhados, desvalorizando melhorias absolutas quando relativamente pequenas, e estabelecendo metas que em larga medida implicariam progressos sem precedentes históricos noutras regiões ou em África (Easterly, 2009). Substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as questões de quem decide o que é o desenvolvimento e onde acontece, quem é representado como necessitando de desenvolvimento e quem se posiciona como tendo responsabilidade e agência para assegurar o desenvolvimento, mantêm-se (Hammett, 2019).

A construção de África como um “outro”, ajudou a definir a Europa (Said, 1994) e continua a ajudar. Para sul do Mediterrâneo projeta-se uma terra caótica, desvalorizando a forma como a África mediterrânea sempre esteve ligada, entre os estreitos de Gibraltar, a oeste, e o de Bab-el-Mandeb, nos limites do Índico, a esta mesma Europa. As representações do continente foram e continuam a ser sobretudo negativas, dominadas por imagens de guerra e conflito, por migrantes desesperados, por catástrofes ambientais; ideias de um continente falhado, inseguro e pobre. Mesmo socorrendo-se de exemplos poderosos, Tim Marshall (2015), no seu *best seller Prisioneiros da Geografia*, defende um determinismo ambiental em que a natureza é mais forte do que as pessoas, e procura mostrar que os africanos estão encarcerados na sua própria geografia (física), e é esta, acima de tudo, que serve para explicar os “atrasos” no continente.

Com o fim da Guerra Fria, o continente passou a ser visto com uma lente de preocupação humanitária, mais do que com uma de preocupação política ou de segurança. Os modelos neoliberais de desenvolvimento e de globalização, com a associada desregulação e desestatização, que levaram a um aumento das crises das dívidas soberanas, provocaram em muitos países africanos, o desabamento dos Estados centrais, incapazes de providenciarem segurança ou satisfação de necessidades básicas dos cidadãos. Deste modo, o apoio a Organizações Não Governamentais e à sociedade civil aumentou em prejuízo do apoio direto aos Estados, estes últimos vistos frequentemente como ineficientes e/ou corruptos. Desde os anos de 1960 que o continente africano testemunhou várias guerras civis de grande

magnitude, desde a do Biafra na Nigéria (1967-1970), às de Moçambique (1977-1992) e de Angola (1975-2002), às guerras no Congo (1996-1997 e 1998-2003). Conflitos recentes, de génese e características diversas, ocorrem também em várias regiões, como sejam a insurgência jihadista no norte de Moçambique, sobretudo na província de Cabo Delgado, desde 2017 (Morier-Genoud, 2020), ou na Etiópia, com forças governamentais e rebeldes da província do Tigray a envolverem-se em combates.

Comprometida precisamente com as imagens dos anos 1990 no Ruanda e também na Somália, desenvolveu-se a ideia de um novo colonialismo guiado pelo desenvolvimento, de que a tese malthusiana e apocalíptica de Robert Kaplan (1994) - *The coming anarchy* - é um bom exemplo. O trabalho de Kaplan começa significativamente por África, partindo de episódios locais e particulares para uma obsessão com o geral, o continente, um percurso intelectualmente desonesto, e que como argumenta Chabal (1996), é racista, desalinhado e hipócrita, e que nunca seria aceite nas análises feitas para os sistemas políticos ocidentais.

A visão apocalíptica é também reducionista nos estudos sobre as cidades africanas, e caricaturas, hipérboles, estereótipos e posições moralistas abundam, quer em textos académicos quer populares. O espectro vai desde trabalhos que destacam o quão corajosamente os africanos estão a caminho de se emancipar e alcançar meios de vida sustentáveis (como se no Ocidente estes existissem), geralmente com algum tipo de ajuda ou cooperação externa, até estudos que mostram como em África se cometem os atos mais bárbaros e inimagináveis de misantropia. Os espaços da vida quotidiana urbana, de mercados, ruas, bares e discotecas, jardins e praias, de casamentos, aniversários e paixões, de tribunais, escolas e universidades, parecem ausentes das discussões.

Ainda que a imaginação geográfica dominante do Ocidente face ao continente africano seja paternalista e de desconfiança, o posicionamento oscila fortemente entre o afro-pessimismo e o afro-otimismo. Se a 13 de maio de 2001, a capa da revista de notícias inglesa *The Economist* mostrava um mapa de África e um jovem guerrilheiro, com título “The hopeless continent”, a 3 de dezembro de 2011, mostrava uma criança com um papagaio colorido em forma de mapa de África elevando-se no céu, e tinha o título “Africa rising”. Curiosamente, a revista *Times*, publicou uma capa exatamente com o mesmo título – “Africa rising” – quer em novembro de 2012, quer em março de 1998! Reforçando esta ideia de

esperança, e dando uma volta de 180 graus em pouco mais de 10 anos, a 2 de março de 2013 *The Economist* apresentava um relatório sobre África com o título de “Emerging Africa”. Na capa podia-se ver uma mulher sorridente com um ananás em cada mão, uma camisola do Manchester United, e no título “A hopeful continent”. As ideias do “século africano”, da “China de amanhã”, ou de “uma nova Índia”, borbulham também na imaginação do Ocidente.

Uma das características do continente é a forma como múltiplas formas de extremismos convergem: recursos naturais abundantes coexistem com pobreza extrema; riqueza, luxo, consumo e ostentação convivem com miséria generalizada. A sua grande fragmentação política em 54 estados reconhecidos pelas Nações Unidas, ou seja, mais de um quarto do total de países no mundo, não reflete nem de perto a variedade étnica, linguística, política e religiosa, a multiplicidade de sistemas culturais, percursos históricos e mosaicos geográficos. Fala-se 2400 línguas no continente (Fauvelle & Surun, 2020). A fragmentação política espelha-se nas numerosas fronteiras internacionais, que ultrapassam as 100, e que no seu conjunto perfazem mais de oito mil quilómetros. Nesta perspetiva, o continente africano é o mais dividido de todos, ainda que a estabilidade das suas fronteiras contemporâneas, que resulta sobretudo de heranças coloniais, mais do que resultado de equilíbrios de violência autóctone, mereça debate (ver Döpcke, 1999). Grosso modo, estas numerosas fronteiras não têm constituído barreiras ao movimento de pessoas, constituindo-se pelo contrário, como zonas de contacto, de comércio, dinâmicas sociais e culturais, e potenciadoras de refúgio para milhões de pessoas que por diversas razões têm de fugir dos seus países de origem.

A população africana, que em 2016 era de um pouco mais de 1,2 mil milhões de habitantes, e que deverá ultrapassar os 1,3 mil milhões de pessoas em 2020, estima-se que seja cerca do dobro em 2050, acentuando o que já atualmente é uma população muito jovem (60% abaixo dos 25 anos). Este crescimento demográfico ímpar, com taxas de crescimento entre 2,5-4% ao ano, acontecerá sobretudo em cerca de 20 países que são dos mais pobres em África e do mundo, que têm taxas de fertilidade muito elevadas (acima das cinco ou mesmo seis crianças por mulher em idade fértil), e que apresentam uma situação complexa em relação às alterações climáticas e à produção de alimentos e em que se prevê um crescimento de instabilidade política. Nos próximos 20 anos, cinco países do Sahel

terão em conjunto entre 80 a 160 milhões de novos habitantes. Mas assim como a história e as narrativas africanas não começam com o colonialismo e a escravatura, nem são refratárias da história europeia e ocidental, a população africana está muito para além das fronteiras do continente. A diáspora, que como defende Gilroy (2001) vem problematizar a mecânica cultural e histórica do pensamento, é, para o caso africano, bem mais do que apontar para os descendentes daqueles que nos séculos XV a XIX, particularmente durante a escravatura, foram forçados a partir para as Américas (sobretudo Estados Unidos, Brasil e Caraíbas), e para a Europa, ou para a maioria dos cabo-verdianos, que ao contrário de viverem no seu arquipélago, vivem em diáspora. África está no candomblé, nos terreiros e na paisagem da costa do Dendê no Brasil, está no jazz americano, e na rumba cubana, está em Paris e Madrid, bem como em Guanzhou ou no Dubai. A diáspora, como argumentam Mbembe (2007) e Mbembe e Bala-krishnan (2016), acarreta um sentido de afropolitanismo, herdeiro em parte, mas repulsor também, do pan-africanismo e negritude, cuja centralidade reside num descarte da vitimização, e na compreensão do mundo de uma outra forma, ligando, por exemplo, as experiências afropolitanas da Joanesburgo atual com Harlem ou Nova Orleães. O termo afropolitanismo articula as metrópoles globais de África, as culturas transacionais e as populações móveis, num termo analítico único, significando a diversidade radical que África tem e teve ao longo da sua história, rejeitando centros e periferias, integridade cultural e personalidade africana, encontrando a sua emancipação nas redes, fluxos e trocas transnacionais de ideias e pertenças.

Considerar a pluralidade de Áfricas é problematizar e desconstruir também a ideia de Sul Global. Tal como Robinson (2016) afirma, há muitos Sul Globais: uns são extensões de antigos e novos poderes imperiais; outros são impérios emergentes, ou pelo menos poderes regionais dominantes. AbdouMaliq Simone (2019) argumenta que algumas cidades do Sul excedem largamente em capacidade técnica qualquer coisa concretizada no “Norte”. Na parte ocidental de Nairobi, a poucos minutos a pé de um dos maiores bairros de lata do mundo, fica o que muitos apelidam de Silicon Savannah, uma paisagem e um *hub* tecnológico que alberga desde empresas globais, passando por *startups* africanas ou empresas com características comunitárias. Exemplos semelhantes mais antigos podem ser encontrados na África do Sul e no Botswana, e mais recentes

no Ruanda, Nigéria e Gana. Um caminho igualmente fértil para a constatação desta diversidade, criatividade, energia e dinâmica, e que emergiu em parte como resposta e resgate ao denegrir cultural e racial do colonialismo, é a indústria nigeriana de cinema, Nollywood ou neo-Nollywood, com a sua história de sucesso transnacional (ver Afolayan, 2018). Há já 20 anos, Dipesh Chakrabarty, no livro *Provincializing Europe*, sugeriu que a Europa é uma província, no sentido de ter um pensamento confinado e circunscrito. O resultado da mundialização desta província, que se deu através de um longo processo histórico assente no colonialismo, é que ainda usamos os seus modelos e as suas verdades, claramente insuficientes e desadequadas para pensar outros espaços, outras geometrias e articulações.

Escola de Verão “Áfricas. Mobilidade, violência, memória e criatividade”

Este livro é um dos resultados da Escola de Verão “Áfricas. Mobilidade, violência, memória e criatividade”, organizada pelo Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, entre 27 de julho e 26 de outubro de 2020. Articulada com o projeto “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal” (FCT/Aga Khan), a Escola de Verão, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, teve como ponto de partida quatro temáticas e objetivos. Em primeiro lugar pretendeu-se entender África como um continente de mobilidades, sejam elas de ideias, conhecimentos e culturas, sejam de trabalhadores, migrantes ou refugiados. O objetivo foi o de observar o continente como em constante movimento e transformação, analisando a interação de línguas, etnias e diversas migrações internas e externas, caracterizando a diversidade móvel do continente da *longue durée* às microgeografias do quotidiano. Regressando novamente às cidades africanas (e que diversidade há do Cairo a Lagos, de Tunes a Kinshasa), refletimos sobre ritmos, e diversas, mas distintivas, formas de fluxos e circuitos, ações, movimentos, percursos, paragens e dinâmicas.

Em segundo lugar, procurou-se examinar dimensões relacionadas com a violência, a pobreza, o terrorismo e o racismo, destacando sempre

que esta não é uma característica singular do continente, mas uma constante estrutural de muitas sociedades, lugares e tempos. Partindo da ideia de violência como multidimensional, procurou-se mapear e compreender situações diversas de violência no continente, desde focos de instabilidade terrorista, insurgência e violência urbana e rural, racismo, discriminação de género, pobreza, e religião, e respostas diversas desde a presença militar internacional, movimentos e práticas de resistência e ativismo, até ações do quotidiano. Em terceiro lugar focaram-se dimensões da construção da memória, destacando sobretudo dimensões como cinema, arquitetura e património. Enfatizou-se o papel da memória e do esquecimento, da comemoração no passado e no presente, e como as políticas de memória contribuem para processos identitários a diversas escalas nacionais, interculturais e transnacionais. Observaram-se emoções e afetos em territórios concretos, e práticas do quotidiano, bem como a materialidade dos espaços e da vida, abordando continuidades e quebras em redes de solidariedade transnacional e processos de reparação histórica. Por fim, o tema da criatividade esteve presente de forma transversal nos temas anteriores, desde logo no cinema, na arte e no urbano. Destacou-se o processo de criação, refletindo sobre estratégias e quotidianos de produção e de consumo, tanto na vertente imagética/simbólica, que se descobre, entre outras formas, a partir da arte urbana, como na sua territorialidade, que se materializa na criação/produção de novos espaços rurais e marginais.

Procurando dinamizar um olhar multidisciplinar a partir das ciências sociais, humanas e artes para, sobre e do continente africano, dando formação específica sobre este território, o Curso de Verão focou-se na capacitação dos bolsеiros para o pensamento crítico e para a discussão de estratégias, métodos, objetos e temas de investigação. Desenvolveram-se conhecimentos e competências que permitem a conceção e o prosseguimento de projetos autónomos de investigação, permitindo que os bolsеiros adquiram aptidões de pesquisa, de análise, de interpretação e de crítica de fontes. Ainda que se procure refletir sobre África(s) a partir de múltiplos ângulos, é inescapável que a perspetiva dominante tenha como lugar de partida Portugal. No seu conjunto, a maioria dos docentes, investigadores e bolsеiros é europeu, português, e vive em Portugal, olhando para África do exterior, tendo um maior ou menor contacto direto com o continente, mas sempre um olhar que parte de fora. Assim, cerca de metade dos textos, das reações, e mesmo dos projetos de I&D foca-se

na relação passada ou presente de Portugal com África, e sobretudo em experiências relacionadas de algum modo com o colonialismo português. Ainda assim, quase metade dos bolsheiros não são portugueses, sendo três africanos (dois de Angola e uma de Cabo verde), três brasileiros, e uma Síria. Esta diversidade potenciou confrontos e interrogações desestabilizadoras de imaginários que por vezes tomamos por adquiridos e firmes.

O livro organiza-se em duas partes. A primeira é composta por contributos dos docentes do Curso de Verão, cujas temáticas espelham, grosso modo, as palestras que foram dadas, ainda que possam ter títulos distintos destas. Os primeiros cinco textos fornecem um enquadramento panorâmico sobre África. Luís Moreira explica o modo como foram discutidas ideias de Geografia Política e Cartografia histórica de África em duas sessões do Curso de Verão, e José Palmeira, apresenta em traços gerais, algumas perspetivas sobre a Geopolítica de África, bem como dos seus atores principais. Seguindo esta discussão, Fernando Bessa Ribeiro analisa a posição, papel e perspetivas de África, no contexto da recomposição global contemporânea. Rosa Cabecinhas foca-se nas representações sociais do passado, nas dinâmicas no presente e nas perspetivas do futuro em contextos africanos, apresentando diversos estudos empíricos. Sheila Khan analisa a importância da desconstrução dos mecanismos que reforçam lógicas de hierarquização racial nas sociedades contemporâneas, que permitem pensar na reparação histórica. Seguem-se outros cinco textos que entroncam diretamente, de formas e em tempos diferentes, com a África lusófona, e sobretudo com Moçambique. Vítor de Sousa apresenta um texto tripartido, que faz uma discussão da lusofonia enquanto “comunidade imaginada”, uma análise da vida de duas estátuas em Maputo, Moçambique, e uma reflexão sobre o ativismo enquanto ato de resistência e subversão que pode contribuir para a descolonização mental. No contexto do colonialismo tardio e de uma conjuntura internacional favorável à descolonização, o texto “Orlando Ribeiro e o caderno de campo nº 53 (Angola)”, apresenta uma discussão sobre a importância e a função deste documento para a compreensão da Missão de Geografia Física e Humana ao Ultramar na década de 1960. Isabel Macedo analisa o papel que o cinema africano tem na memória cultural, focando em particular o caso de Moçambique e o filme *Uma Memória em Três Atos*. Já Lurdes Macedo discute a importância do desenvolvimento para a salvaguarda da memória, centrando a sua análise na realização de um docu-

mentário sobre o artista moçambicano Malangatana. Depois, examina-se a importância de descolonizar a interpretação de um pequeno cesto da autoria de Ngungunhane no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa. Esta seção de textos termina com a discussão que Marie Silva apresenta sobre os encontros reais e ficcionados entre a Europa e a África, através da literatura africana e/ou francófona de Sami Tchak. Estabelecendo um diálogo com alguns destes contributos, publicam-se também textos que são reações coletivas cruzadas e sobretudo interdisciplinares, que sugerem linhas de pensamento sobre as mesmas temáticas, aproximando-se ou afastando-se, dos pilares que estruturam as abordagens iniciais.

A segunda parte do livro apresenta uma seleção de 10 textos da autoria dos bolsseiros, que dão a conhecer os projetos de I&D em que estiveram envolvidos. Em alguns casos os projetos enquadram-se em trabalhos de investigação de maior fôlego, como sejam dissertações de mestrado ou doutoramento, que se encontram em fases distintas de progresso. Noutros casos, os projetos foram iniciados e totalmente desenvolvidos no âmbito da Escola de Verão, constituindo esboços de trabalho para futura investigação. A apresentação de trabalhos inicia-se com uma tentativa de espacializar as viagens de Paiva de Andrada a Moçambique no final do século XIX (Carolina Couto, Arquitetura). Segue-se um estudo sobre alguns aspetos do trabalho forçado em São Tomé e Príncipe durante o século XX (Renata Moreira, Estudos Africanos). O trabalho seguinte é um estudo da importância da estatúria colonial feita através da análise de notícias sobre o derrube e pichagem das mesmas (João Neves, Ciências da Comunicação). Prossegue-se com dois estudos sobre conflitos em países africanos: o primeiro sobre a República Democrática do Congo (Ana Rafaela Batista, Relações Internacionais) e o segundo sobre a República Centro Africana (Capalo Katumbi, Geografia). O trabalho seguinte analisa o papel das missões internacionais de observação eleitoral em África, e em particular na Guiné-Bissau (Jorge Garrido, Geografia). Ainda sobre a Guiné-Bissau, apresenta-se um trabalho sobre a violência doméstica e de género e os direitos das mulheres (Raphaella Câmara, Antropologia). A mostra de trabalhos continua com uma abordagem sobre as pessoas de sexualidade e género não normativas, que procuram o estatuto de refugiados na África do Sul (Chiara Zanchetta, Línguas e Relações Internacionais). O penúltimo trabalho apresentado examina o papel do cinema produzido pelo Movimento Popular de Libertação de Angola na constru-

ção da memória (Kiluanje Liberdade, Estudos Culturais). Finalmente, o livro termina com uma análise da crise migratória da Líbia, construída com base numa reflexão das representações do conflito (Saraa Shrbaji, Arquitetura).

Agradecimentos

À Reitoria da Universidade do Minho, em especial à Vice-Reitora para a Educação, Laurinda Leite e ao Pró-Reitor para Investigação e Projetos, Filipe Vaz, por todas as diligências que tornaram possível a realização desta Escola de Verão. Um igual agradecimento é devido aos Serviços Académicos, ao Serviço de Recursos Humanos, e ao Gabinete de Apoio a Projetos da Universidade do Minho. Agradeço igualmente à Presidente do Instituto de Ciências Sociais, Helena Machado, e à Presidente do Conselho Pedagógico do Instituto de Ciências Sociais, Maria do Carmo Ribeiro, por terem tornado possível, em tão pouco tempo, o funcionamento desta Escola de Verão enquanto curso breve não creditado. Ao Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, na pessoa do seu diretor, Moisés de Lemos Martins, e a toda a equipa que foi incansável em preparar e apoiar o sucesso deste projeto em tão curto espaço de tempo – Isabel Macedo, Marisa Mourão, Ricardina Magalhães e Sofia Gomes – deixo também uma palavra de apreço.

Queria endereçar uma palavra muito especial de agradecimento aos 15 professores que generosa e prontamente se disponibilizaram para colaborar neste projeto, num tempo de verão, em plena pandemia num curso integralmente presencial. Pertencentes a quatro Escolas da Universidade do Minho (Instituto de Ciências Sociais, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Escola de Arquitetura e Escola de Economia e Gestão), as suas áreas diversas, mas complementares (Geografia, História, Sociologia, Estudos Culturais, Arquitetura, Ciências da Comunicação, Literatura, e Geopolítica) revelaram-se estruturais na discussão de Áfricas, e na procura da diluição de fronteiras disciplinares, aplicados ao e pelo continente, em várias temporalidades. Gostava de agradecer o empenho dos bolseiros que trabalharam neste projeto. Sendo cinco bolseiros de investigação científica, e os restantes 10, bolseiros de investigação, todos cruzaram experiências diversas de quem é estudante

de licenciatura, de mestrado ou de doutoramento, e de saberes sempre complementares da Geografia, História, Ciências Políticas, Ciências da Comunicação, Antropologia, Arquitetura e Estudos Culturais. São merecidas também umas palavras de gratidão à colega Madalena Oliveira, pelo rigor e pela competência com que reviu estes textos. Por fim, uma nota especial de agradecimento para o magnífico trabalho de concepção e design de Carolina Couto e Saraa Shrbaji, e para a prontidão e cuidado na edição e produção do livro de Rui Magalhães.

Bibliografia

- AFOLAYAN, A. (2018). Auteuring Nollywood: rethinking the movie director and the idea of creativity in the Nigerian film industry. In A. Abimbola & T. Falola (Eds.) *Art, Creativity, and Politics in Africa and the Diaspora* (pp. 83-102). Cham: Palgrave Macmillan.
- CHABAL, P. (1996). The African crisis: context and interpretation. In R. Werbner & T. Ranger (Eds.), *Postcolonial identities in Africa* (pp. 29-54). Londres: Zed Books
- CHAKRABARTY, D. (2000). *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press.
- DÖPCKE, W. (1999). A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista brasileira de política internacional*, 42(1), 77-109. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000100004>.
- EASTERLY, W. (2009). How the millennium development goals are unfair to Africa. *World development*, 37(1), 26-35.
- FAUELLE F.-X. & SURUN, I. (2020). *Atlas histórico de África. Da Pré-História aos nossos dias*. Lisboa: Guerra & Paz.
- GILROY, P. (2001). *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34.
- HAMMETT, D. (2019). Whose development? Power and space in international development. *Geography*, 104(1), 12-18. <https://doi.org/10.1080/00167487.2019.12094057>
- KAPLAN, R. D. (1994). The coming anarchy. *Atlantic monthly*, 273(2), 44-76.
- MBEMBE, A. & BALAKRISHNAN, S. (2016). Pan-African legacies, afropolitan futures: a conversation with Achille Mbeme, *Transition*, 120(1), 28-37.

- MBEMBE, A. (2007). Afropolitanism. In S. Njami & L. Durán (Eds.), *Africa remix: contemporary art of a continent* (pp. 26-30); Johannesburg: Jacana Media.
- MARSHALL, T. (2015). *Prisoners of Geography: ten maps that explain everything about the world*. Londres: Elliott and Thompson Limited.
- MERCER, C., MOHAN, G., & POWER, M. (2003). Towards a critical political geography of African development. *Geoforum*, 34(4), 419-436. [https://doi.org/10.1016/S0016-7185\(03\)00045-9](https://doi.org/10.1016/S0016-7185(03)00045-9)
- MORIER-GENOUD, E. (2020). The jihadi insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning. *Journal of Eastern African Studies*, 14(3), 396-412.
- NAIPAUL, V. S. (2017). *A Curva do Rio*. Lisboa: Quetzal.
- ROBINSON, J. (2016). Thinking cities through elsewhere: comparative tactics for a more global urban studies. *Progress in Human Geography*, 40, 3-29.
- SAID, E. (2003). *Culture and Imperialism*. Nova Iorque: Vintage.
- SIMONE, A. (2019). *Improvised lives: rhythms of endurance in an urban South*. Cambridge: Polity Press.